

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhadas das Notas Explicativas.

São Paulo, 30 de março de 2011. **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)			
	Nota	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.484	3.477
Contas a receber de clientes	7	17.004	13.810
Impostos a recuperar	8	504	969
Partes relacionadas	9	920	387
Outras contas a receber		172	1.003
Despesas antecipadas		131	69
		21.215	19.715
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Ativo fiscal diferido	8	230	1.051
Depósito em garantia		29	5
Outras contas a receber		43	7
		302	1.063
Imobilizado	10	1.430	1.274
Intangível	11	976	1.593
		2.406	2.867
TOTAL DO ATIVO		23.923	23.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)			
	Nota	2010	2009
RECEITA LÍQUIDA		15	52.187
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			(34.035)
LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			18.152
Administrativas e gerais		(9.413)	(8.141)
Tributárias		(293)	(353)
Depreciações e amortizações		(1.629)	(1.148)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS			6.818
Despesas financeiras		16	(358)
Receitas financeiras		16	483
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS			334
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			7.152
Imposto de renda e contribuição social		8	(2.494)
RESULTADO DO EXERCÍCIO			4.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)						
	Nota	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
EM 1º DE JANEIRO DE 2009		7.375	783	5.524	6.307	13.682
Resultado do exercício		-	-	-	-	3.020
Destinações:						
Reserva legal		-	151	-	(151)	-
Dividendos		-	-	(1.000)	(1.000)	(1.000)
Reserva de retenção de lucros		-	-	2.869	(2.869)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		7.375	934	7.393	8.327	15.702
Resultado do exercício		-	-	-	-	4.658
Destinações:						
Reserva legal	14	-	233	-	(233)	-
Dividendos	14	-	-	(4.015)	-	(4.015)
Reserva de retenção de lucros	14	-	-	4.425	(4.425)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		7.375	1.167	7.803	8.970	16.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)			
	2010	2009	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
RESULTADO DO EXERCÍCIO			
AJUSTE PARA CONCILIAÇÃO DO RESULTADO ÀS DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		4.658	3.020
Depreciações e amortizações		1.881	1.148
Impostos diferidos		1.267	1.167
		7.806	5.335
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Contas a receber	(3.194)	(1.666)	
Impostos a recuperar	465	75	
Partes relacionadas	(533)	(237)	
Demais contas a receber	709	44	
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores	(1.371)	1.619	
Impostos e contribuições a recolher	(120)	20	
Salários, férias e encargos sociais	588	511	
Partes relacionadas	74	(217)	
Demais contas a pagar	(180)	(107)	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		4.244	5.377
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aumento pela aquisição de imobilizado e intangível	(1.222)	(881)	
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.222)	(881)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Empréstimos e financiamentos	-	(1.910)	
Distribuição de dividendos	(4.015)	(1.000)	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(4.015)	(2.910)
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(993)	1.586
DEMONSTRAÇÃO DA (REDUÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	3.477	1.891	
Resultado do exercício	2.484	3.477	
	(993)	1.586	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Administração por relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2010	2009
Total do passivo	7.578	7.943
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.484)	(3.477)
Dívida líquida (a)	5.094	4.466
Total do patrimônio líquido (b)	16.345	15.702
Relação da dívida sobre o capital (a/b)	0,31	0,28

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o ano. A Companhia não está sujeita às exigências externas impostas de capital.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	2010	2009	
Caixa e bancos	1.045	1.644	
Aplicações financeiras	1.439	1.833	
	2.484	3.477	

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 98% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em ambos os períodos apresentados.

7. CONTAS A RECEBER			
	2010	2009	
Trabalhos em andamento	1.304	1.615	
Faturas a receber	8.974	8.362	
Medições a faturar	7.564	5.482	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(838)	(1.649)	
	17.004	13.810	

Medições a faturar - Vencidos			
	2010	2009	
De 31 a 60 dias	2.771	2.914	
De 61 a 90 dias	846	1.366	
De 91 a 180 dias	150	311	
Acima de 181 dias	1.264	506	
	5.031	5.097	

O critério utilizado pela Companhia para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a análise individual pela Administração dos valores vencidos.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR - a) Impostos a recuperar			
	2010	2009	
Imposto de renda	252	114	
Contribuição social	105	136	
PIS	30	125	
COFINS	53	486	
Outros	64	108	
	504	969	

b) Ativo e passivo fiscal diferido - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2010	2009	
Ativo não circulante			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	230	1.051	
Passivo não circulante			
Provisões tributárias sobre receitas de órgão público	877	431	
A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências. c) Conciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:			
	2010	2009	
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	7.152	4.187	
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(2.432)	(1.424)	
Diferenças permanentes líquidas	(62)	257	
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(2.494)	(1.167)	
Alíquota efetiva	35%	28%	

9. PARTES RELACIONADAS - Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia com sua controladora, entidades relacionadas e outras partes relacionadas.					
	2010	2009			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Arcadis Logos Energia S.A. (a)	881	38	288	-	
Arcadis Engenharia S.A. (a)	39	2	99	2	
Logos NL (b)	-	305	-	269	
	920	345	387	271	
	2010	2009	Resultado (receita)	Resultado (receita)	
Arcadis Logos Energia S.A. (a)	626	685	-	-	
Logos Engenharia S.A. (a)	326	1.673	-	-	
	952	2.358			

a) Refere-se a serviços prestados em vários projetos; b) Refere-se a serviços subcontratados com empresa coligada sediada no exterior. Remuneração do pessoal-chave - Em 31 de dezembro de 2010, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 1.877 (R\$ 1.574 em 2009).

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de fevereiro de 2001, na forma de sociedade por ações e tem por objeto social as seguintes atividades: (I) prestação de serviços de consultoria de Engenharia, na sua mais ampla acepção, nas áreas: civil, elétrica, mecânica e de arquitetura, por conta própria ou de terceiros, no Brasil e no Exterior; (II) controle de qualidade, assistência técnica, fiscalização e gerenciamento de obras, serviços, projetos e empreendimentos; (III) prestação de serviços de assessoria e consultoria administrativa, auditoria e de gestão de negócios, nas áreas empresarial e pública, por conta própria ou de terceiros; (IV) consultoria e desenvolvimento de sistemas organizacionais nas áreas empresarial e pública, por conta própria e de terceiros; (V) comercialização de equipamentos para monitoramento e fiscalização eletrônica de trânsito e sistemas inteligentes e automatizados de gestão de tráfego no período em que as estimativas são devidadas e em qualquer período futuro afetados; (VI) participação em sociedades de capital social de outras sociedades, na qualidade de sócio ou por investimento, desde que em atividade afins com o seu objeto social. No cumprimento de seu objeto social, a Sociedade poderá prestar serviços que envolvam a totalidade ou apenas algumas das atividades acima descritas, mediante a utilização de recursos próprios ou mediante a integração, coordenação e/ou subcontratação de atividades e produtos de outras empresas. **2. BASE DE PREPARAÇÃO** - a) **Declaração de conformidade com relação às normas do CPC** - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Registrações Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2011. b) **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. c) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. d) **Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são revisados de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são devidadas e em qualquer período futuro afetados. e) **Transações em moeda estrangeira** - Com o advento da Lei 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis foram expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08), complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do CFC até 31 de dezembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa apresentou suas demonstrações financeiras utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 2010. Esses novos pronunciamentos foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009, no entanto, não foram apurados ajustes e/ou reclassificações nas demonstrações financeiras, originalmente divulgadas. f) **Demonstração de resultados abrangentes** - As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS** - As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário. No entanto, não foram apurados ajustes e/ou reclassificações nas demonstrações financeiras originalmente divulgadas. **3.1. Transações em moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **3.2. Instrumentos financeiros - 3.2.1. Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da transação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros recebíveis. **Ativos financeiros a receber pelo valor justo por meio do resultado** - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou variáveis que não são avaliados no mercado ativo reconhecidos inicialmente na data de abertura do exercício, ou seja, 1º de janeiro de 2009. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes** - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido depositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou seu valor substituído no custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos principais itens do imobilizado, para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Descrição	A partir de 01/01/09
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Instalações	10%
Veículos	20%
Aparelhos diversos	10%
Computadores e periféricos	20%
Instalações em imóveis de terceiros	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.4. Ativos intangíveis - Reconhecimento e mensuração** - Itens do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de amortização acumulada. **Gastos subsequentes** - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização** - Amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não são, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **3.5. Redução ao valor recuperável (impairment) - 3.5.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser esperados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do

prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **3.5.2. Ativos não financeiros** - As atividades não financeiras têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. A Administração da Empresa não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2010 e 2009. **3.6. Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o resultado. **3.7. Receita operacional - 3.7.1. Serviços** - A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referências



Enerconsult S.A.

CNPJ/MF 04.335.981/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em reais)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital social - O capital social em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 7.375 representadas por 6.274.126 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **b) Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Dividendos** - Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2010 foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 3.000 integralmente pagos no dia 31 de maio de 2010 e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de dezembro de 2010 foi aprovada a distribuição do montante de R\$ 1.015 integralmente pagos no mesmo dia. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, no entanto conforme AGE realizada no dia 27 de dezembro de 2010, os acionistas deliberaram o não pagamento dos dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de 2010, mantendo-se o a totalidade em conta de Reservas de Lucros, objetivando reforçar o capital de giro da Sociedade. **d) Reserva de retenção de lucros** - O lucro do exercício está sendo destinado e mantido em reserva para fazer frente a investimentos planejados pela Administração. A destinação final dessa será efetuada em Assembleia a ser realizada futuramente, a qual observará a adequação do saldo aos limites previstos no artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

15. RECEITA OPERACIONAL - Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta operacional para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2010	2009
Receita operacional bruta	58.919	49.112
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(6.732)	(5.697)
	52.187	43.415

16. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	2010	2009
Despesas financeiras		
Juros	(48)	(193)
Variações cambiais passivas	(6)	(31)
Outros	(95)	(134)
	(149)	(358)
Receitas financeiras		
Juros	95	99
Variações cambiais ativas	19	63
Outros	369	51
	483	213
	334	(145)

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **a) Instrumentos financeiros por categoria** - Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa, conforme o quadro a seguir:

	2010		2009	
	Valor justo mensurado através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo mensurado através do resultado	Empréstimos e recebíveis
Ativos				
Caixa e bancos	-	1.045	-	1.644
Aplicações financeiras	1.439	-	1.833	-
Contas a receber de clientes	-	17.004	-	13.810
Outras contas a receber	-	172	-	1.003
Passivos				
Fornecedores	-	1.911	-	3.282

• **Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a receber e empréstimos e fornecedores** - São classificadas como empréstimos e recebíveis e mensuradas pelo método do custo amortizado. • **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados pelo valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em função do curto prazo de vencimento dessas operações. Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variam significativamente dos saldos apresentados no balanço patrimonial. A Companhia não possui operações relevantes cujos efeitos nas oscilações de taxas possam ocasionar perdas significativas, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as análises de sensibilidade de oscilações das taxas. As operações usuais da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **Risco de taxas de câmbio** - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição e venda de serviços. A Companhia não possui volume significativo de importações e exportações de serviços registrados em suas contas a receber e a pagar exposta à oscilação cambial. **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)** - Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em 31 de dezembro de 2010 a

Companhia possui no valor de R\$ 2.044 (a Companhia não possuía valores em 2009 e nem em 1º de janeiro 2009). **Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. **Risco de crédito** - Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como análise permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **Risco de taxas de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Com relação a esse risco cabe salientar que a empresa não possui captações no mercado financeiro. **b) Hierarquia de valor justo** - O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo. • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Empresa somente detém instrumentos financeiros qualificados no Nível 2, correspondentes às aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 1.439 em 2010 (R\$ 1.833 em 2009).

18. COBERTURA DE SEGUROS - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e de responsabilidade profissional no valor de R\$ 6.500.

19. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS - Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não tinham ativos oferecidos em garantias a terceiros.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

José Carlos de Souza e Castro Valsecchi	Diretor-Presidente
Antônio Vicente de Zoppa	Diretor Técnico
Marcio Belluomini Moraes	Diretor Técnico
Manuel Eduardo Pizarro Lazo	Diretor Técnico
Carlos Roberto Bertola - Contador CRC 1SP085590/O-0	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enerconsult S.A. em 31 de

dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 26 de fevereiro de 2010, que não conteve qualquer modificação.

São Paulo, 18 de março de 2011



KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP023228/O-4

Marcelle Mayume Komukai
Contadora
CRC 1SP249703/O-5

AO
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Enerconsult S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Enerconsult S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria